

O QUE DIZEM OS PROGRAMAS ELEITORAIS RELATIVAMENTE À GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E À AGRICULTURA INTENSIVA E DE REGADIO?

25 de Janeiro de 2022

Relativamente às eleições legislativas que se avizinham, o GEOTA cita o que dizem os programas eleitorais disponibilizados pelos partidos relativamente à gestão dos recursos hídricos e à agricultura intensiva e de regadio.

Conteúdo

Aliança (A)	2
Alternativa Democrática Nacional (ADN).....	2
Bloco de Esquerda (BE)	2
CDS-Partido Popular (CDS-PP).....	3
CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV).....	3
CHEGA (CH)	3
ERGUE-TE (E)	4
INICIATIVA LIBERAL (IL)	4
Juntos pelo Povo (JPP).....	5
LIVRE (L).....	5
Movimento Alternativa Socialista (MAS)	6
NÓS CIDADÃOS (NC).....	6
Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP)	6
Partido da Terra (MPT).....	6
Partido Socialista (PS).....	7
Partido Trabalhista Português (PTP)	9
Pessoas-Animais-Natureza – PAN	9
Reagir Incluir Reciclar (R.I.R.)	10
Volt Portugal (VP).....	10

Aliança (A)

Programa eleitoral não disponível.

Alternativa Democrática Nacional (ADN)

O programa eleitoral não apresenta propostas específicas da temática da gestão dos recursos hídricos e agricultura de regadio.

Bloco de Esquerda (BE)

Promove:

- “A produção agroflorestal extensiva e multifuncional”, salientando que “em consequência das alterações climáticas, prevê-se uma descida até 30% da produtividade agrícola, mas a procura mundial de alimentos vai continuar a subir.”
- **Obj:** “água como recurso ecológico, económico e social”, salientando que:
 - “No quadro das alterações climáticas, a ocorrência de secas ou cheias tem cada vez menos carácter excepcional e passa a ser cada vez mais frequente.”
 - “As grandes obras hidráulicas, ao longo do século passado, trouxeram valiosas oportunidades de desenvolvimento económico e de melhoria nas condições de vida das populações. Contudo, o uso múltiplo das albufeiras (abastecimento público, rega, lazer) tem ficado subordinado à produção energética ou à produção agrícola intensiva, com maiores impactos ambientais em sistemas reversíveis (flutuação de caudais, erosão, segurança das populações).”
 - “Os atuais sistemas de gestão, encorajando o aumento da procura de água, vêm exaurindo os ecossistemas.”
 - “Com o Plano de Recuperação e Resiliência parece ter voltado a vontade de grandes construções hidráulicas, nomeadamente uma vontade de artificialização sem precedentes do Rio Tejo.”

Propõe:

- A “Identificação das áreas agrícolas de elevado valor para preservação de biodiversidade com dependência agrícola, limitando o uso do solo a sistemas de produção compatíveis”
- “Apoio a instalação de pequenos sistemas de regadio de forma a preservar e expandir modelos agrosilvopastoris extensivos em agricultura de conservação localizados em territórios mais vulneráveis a seca.”
- “A promoção de culturas menos exigentes em água e apoio à reflorestação, tendo em conta as metas climáticas e a conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade; cumprir a diretiva europeia sobre nitratos diminuindo a contaminação das águas e as emissões de metano e compostos de azoto, criando zonas-tampão e medidas de proteção das zonas vulneráveis (ex: intrusão salina na faixa litoral algarvia)”.
- A “devolução da autonomia financeira e de gestão as Administrações de Região Hidrográfica, acabando com a centralização na APA. Esta descentralização deve ser acompanhada da reintrodução de uma Autoridade Nacional da Água para assegurar o cumprimento das medidas dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica, uma mais eficaz monitorização do estado das massas de água e aplicação das políticas de utilizador-pagador e poluidor-pagador”.
- A “Diminuição da fragmentação dos cursos de água removendo barragens e açudes, mediante um Plano Nacional de Restauração Fluvial que tenha em conta a recuperação da qualidade da água, dos habitats e da biodiversidade, bem como objetivos socioeconómicos e de adaptação aos efeitos das alterações climáticas (combate a erosão costeira potenciada pela retenção de sedimentos nas barragens)”.

- A “Revisão da Convenção de Albufeira para fixação de caudais mínimos diários procedentes de Espanha (e não apenas semanais, trimestrais ou anuais) e integração de parâmetros de qualidade da água. Funcionamento regular e transparente da Comissão para a Aplicação e Desenvolvimento da Convenção de Albufeira, entidade obscura no funcionamento e nos resultados.”
- A “Criação de um Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo a escala ibérica, que estabelece um calendário de cumprimento das medidas necessárias a melhoria e manutenção das massas de água para o estado “bom”, de montante para jusante, cumprindo assim a Diretiva Quadro da Água”.
- A “Garantia da componente financeira para a execução das medidas previstas no 3º ciclo do Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas tendo em conta o cumprimento da DQA/LA”.

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Promove:

- “A produção nacional, salvaguardando os métodos tradicionais de produção e incentivando as explorações inovadoras: com vista a combater o abandono do território rural e do interior, promovendo o emprego e a economia do sector agrícola.”
- O aumento da “capacidade de captação de recursos hídricos no país, para promover o turismo e a produção agrícola, e também para combater a desertificação.”
- Um “Ministério da Agricultura com gestão da floresta, pescas e recursos hídricos”.

CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Promove

- “O desenvolvimento da agricultura familiar, da pesca artesanal e costeira e das cooperativas, visando a soberania e segurança alimentares”
- “Um ambiente saudável” e a garantia de “acesso à água e à energia, a preservação dos ecossistemas naturais, das florestas e da biodiversidade”

Defende

- “A adopção de medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas, enquadradas por objectivos de promoção do emprego, desenvolvimento e modernização do aparelho produtivo nacional e combate à dependência externa, que contemplem, entre outros, os seguintes aspectos: a conservação e melhoria da fertilidade do solo, o controlo da erosão, medidas de retenção de água; o aumento da eficiência do uso da água; o restauro e conservação de ecossistemas; a prevenção dos efeitos das ondas de calor; a prevenção de pragas, doenças e espécies invasoras; a protecção da orla costeira; a protecção contra inundações.”
- “O ordenamento do território, abarcando várias dimensões, com particular enfoque na floresta, visando a prevenção estrutural de incêndios, e na produção agrícola, limitando os modos de produção intensiva e superintensiva e tendo em vista a promoção, conservação e recuperação da biodiversidade”.
- “A promoção do acesso, utilização e salvaguarda dos recursos hídricos, com garantia da sua gestão e propriedade públicas, no âmbito de uma Estratégia Nacional de Garantia da Segurança Hídrica do País”.

CHEGA (CH)

Propõe:

- “Reforçar medidas de apoio à agricultura familiar, fundamental na reocupação do território e preservação de identidades e tradições do mundo rural.”

ERGUE-TE (E)

Defende:

- “A exploração dos recursos fluviais, costeiros e marítimos [...], pois esta actividade apresenta grandes potencialidades de desenvolvimento e rendimento. Igualmente com o duplo objectivo da auto-suficiência e da exportação.”

Planeia:

- “Intervenções ao nível da regulação dos preços agrícolas, no financiamento, formação e regime fiscal; no reforço do associativismo, nas normas de qualidade, circuitos e redes de distribuição. O duplo objectivo do plano agrícola é a máxima auto-suficiência e o aumento das exportações, nomeadamente através de um sector cooperativo bem gerido e apoiado pelo Estado nessa gestão, para maior benefício dos produtores e menor intervenção de intermediários.”

Propõe:

- “Renovar o regresso das famílias aos campos e florestas. Assim, em cada município, as terras abandonadas – sem pôr em causa a propriedade das mesmas – devem ser agrupadas e disponibilizadas a quem as queira cultivar através de uma cedência a famílias ou grupos de famílias que as queiram trabalhar. Um dos incentivos seria a isenção de IRS por um período de 10 a 20 anos. O outro, o suporte tecnológico por parte dos Municípios onde se inserem. O objetivo é aumentar a produção agrícola extensiva em detrimento do minifúndio, permitindo incrementar uma economia de escala e renovar o tecido humano agrícola. Um país com um frágil sector primário (agricultura, pecuária e pescas) que constitui a base de qualquer economia, não pode sobreviver. E Portugal, apesar dos progressos feitos, é ainda um dos menores produtores agrícolas da União Europeia.”
 - “Incentivo à Indústria Aquífera”
 - “Considerar o tema da água (barragens e regadio) uma prioridade e investir nos meios que permitam minimizar o risco de seca e a aumentar a nossa autonomia no que toca ao abastecimento de água”

INICIATIVA LIBERAL (IL)

Defende que:

- “A promoção de regadio passa pela compatibilização da utilização de um recurso escasso e valioso, que deve ser usado de forma racional, com a promoção de actividades económicas com elevado valor social e territorial. Deve contemplar as vertentes de gestão, utilização eficiente e armazenagem da água, fundamental para a gestão responsável e sustentável deste recurso escasso, assim como para a promoção da competitividade e da resiliência climática da nossa agricultura e território. De facto, o reforço da capacidade de captação de água de superfície, a promoção da sua utilização racional (por exemplo, por meios de rega mais eficientes) e que é complementada por um reforço do armazenamento das águas tem a grande vantagem de criar e reforçar a resiliência da agricultura e do território face aos anos de seca (nos quais existe menos água disponível, mas a sua necessidade aumenta), reduzindo assim o risco de desertificação.”
- “O reforço da capacidade de captação de água de superfície, a promoção da sua utilização racional (por exemplo, por meios de rega mais eficientes) e que é complementada por um reforço do armazenamento das águas tem a grande vantagem de criar e reforçar a resiliência da agricultura e do território face aos anos de seca (nos quais existe menos água disponível, mas a sua necessidade aumenta), reduzindo assim o risco de desertificação.”

Propõe:

- “Uma política eficiente de gestão do ciclo de água que compatibilize a sustentabilidade de um recurso essencial com o desenvolvimento económico da atividade agrícola, priorizando temas como a reutilização de águas e promoção de regadio”, através das seguintes medidas:
 - “Definir estratégia para o regadio que contemple as vertentes de gestão, utilização eficiente e armazenagem da água”
 - “Promover competitividade e da resiliência climática da nossa agricultura e território”
 - “Promover o desenvolvimento rural, o potencial económico da agricultura e da indústria alimentar”
 - “Inverter a tendência de desertificação e despovoamento do território”
 - “Aumentar da resiliência do território face às alterações climáticas”
- “Lançar um Plano Nacional de Regadio para o país mais abrangente, considerando os vários projetos de potencial elevado impacto em particular o Projeto TEJO, o qual deverá ser rapidamente avaliado.”
- “Aumentar a exigência de boa gestão de recursos hídricos no Plano Nacional de Regadios, realizando as devidas Avaliações Ambientais Estratégicas, e considerando uma gama de soluções para armazenamento de água mais abrangentes, inovadoras e sustentáveis, a reutilização de águas tratadas, assim como o investimento em sistemas que permitam uma utilização mais racional da água (por exemplo, instalação de sistemas de rega coletivos eficientes).”
- “Aceleração das obras de regadio já aprovadas e financiadas por verbas do PDR 2020, como é o caso do Mondego e da obra do Aproveitamento Hidroagrícola do Xévorá (Campo Maior).”

Juntos pelo Povo (JPP)

Programa eleitoral não disponível.

LIVRE (L)

Propõe:

- “Concluir o Plano Estratégico da PAC 2023-2027, tirando o melhor partido dos contributos resultantes dos processos de consulta alargada, promovendo com rapidez as alterações necessárias para dar início à transformação e modernização da agricultura e da gestão florestal ou agro-silvo-florestal/pastoril, promovendo o acesso a novas tecnologias e a absoluta precisão nos recursos que consome e compostos que utilize, e que promova verdadeiramente o agricultor a gestor do território, prevendo pagamentos pelos serviços prestados, sejam estes de produção alimentar, regulação climática ou conservação da natureza e da (agro)biodiversidade, entre outros.”
- “Estabelecer, no Plano Estratégico da PAC 2023-2027, as tipologias de Pequeno Agricultor Familiar e Pastor Florestal, majorando em 5% os apoios públicos recebidos pelos primeiros e privilegiando residentes locais para os últimos, disponibilizando formação, acompanhamento técnico, equipamento e infraestruturas (como as casas florestais reabilitadas). Junto dos Pastores Florestais, estimular a gestão de efetivos pecuários de pequenos ruminantes ou espécies de ruminante selvagens, adotando manejo holístico, visando a gestão da vegetação natural e do combustível acumulado, por via da herbivoria, bem como o enriquecimento do solo em termos de matéria orgânica através dos resíduos orgânicos deixados e o estímulo à sucessão vegetal nas zonas áridas, através da sua passagem.”
- “Criar o Observatório da Alimentação, em plena articulação com o Plano Estratégico da PAC 2023-2027, que ajude a promover prioridades na produção de algumas variedades,

avaliando e monitorizando com regularidade o que se produz e consome em Portugal, incentivando os sistemas produtivos necessários para reduzir escassez de oferta no mercado interno, reduzindo a dependência externa, e promovendo lógicas de produção e consumo local articuladas com os objetivos de uma verdadeira economia circular.”

- “Travar a expansão de sistemas de produção insustentáveis, privilegiando modos de produção que permitam a implementação simultânea de medidas benéficas para a biodiversidade, a manutenção ou recuperação dos solos e assim proporcionando usos futuros do solo alternativos, e a minimização do uso de agroquímicos e dos recursos naturais necessários à produção; desenvolvendo e apoiando protocolos de recolha e tratamento de resíduos e remanescentes de produtos fitofarmacêuticos descontinuados, proibidos ou sem autorização de venda.”
- “Privilegiar a produção de variedades autóctones e tradicionais, valorizando esse património agronómico, permitindo também a produção de organismos geneticamente modificados (OGM) e minimizando a possibilidade de propagação não planeada de material genético de OGM às variedades tradicionais.”
- “Condicionar o acesso a apoios públicos para o regadio à adoção de um plano de gestão para a biodiversidade, uso da água e do solo, no contexto da exploração agrícola, que integre boas práticas na estruturação da paisagem, na distribuição de habitats semi-naturais, e no recurso a tecnologia de precisão, bem como de um programa de ação que inclua a monitorização destes recursos.”
- “Aprovar um Plano Nacional de Promoção da Agricultura Biológica, criando condições para cumprir a meta de 25% da superfície agrícola útil dedicada ao modo de produção biológico, formalizada na Estratégia Europeia “Do Prado ao Prato”, promovendo em simultâneo a proximidade ao local de consumo e apoiando a criação de Associações pela Manutenção da Agricultura de Proximidade.”

Movimento Alternativa Socialista (MAS)

O programa eleitoral não apresenta propostas específicas da temática da gestão dos recursos hídricos e agricultura de regadio.

NÓS CIDADÃOS (NC)

O programa eleitoral não apresenta propostas específicas da temática da gestão dos recursos hídricos e agricultura de regadio.

Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP)

Programa eleitoral não disponível.

Partido da Terra (MPT)

Afirma que:

- “Para que possam ser atingidas as metas da neutralidade carbónica em 2050, Portugal tem que abandonar o uso predatório dos seus recursos naturais, tem que abandonar as monoculturas florestais e as práticas agrícolas intensivas e superintensivas e apostar nas economias de baixo carbono e nas energias alternativas em detrimento dos combustíveis fósseis.”

Propõe:

- “Introdução do direito humano ao acesso à água potável como direito fundamental na Constituição”
- “Melhoria da eficiência dos recursos hídricos para reduzir o desperdício atual de 35% na água captada em Portugal e combater a seca”

- “Renegociação da Convenção da Albufeira do Tejo, de forma a garantir a estabilidade dos caudais nos rios internacionais e a qualidade da água que chega a Portugal;
- “Criação de um estatuto legal de preservação dos rios livres, que permita eliminar as barreiras identificadas de norte a sul do país (diminuindo, a deterioração da água e dos habitats ribeirinhos, garantindo o normal ciclo dos nutrientes e sedimentos e preservando, assim a continuidade de inúmeras espécies autóctones, algumas delas ameaçadas, tais como o mexilhão-de-rio, a lampreia, o salmão e a enguia)”

Partido Social Democrata (PPD/PSD)

Afirma que:

- “Em termos específicos de política agrícola, num clima predominantemente mediterrânico como o nosso, a água constitui uma condição indispensável para uma agricultura moderna e competitiva, numa ótica de utilização eficiente, de melhoria das condições e tecnologias de produção e de uma gestão mais moderna e sustentável.

Propõe como medidas prioritárias:

- “Desenvolver o regadio sustentável como pilar da modernização da agricultura e da proteção ambiental.”
- “Ampliar a área de regadio, designadamente através de”:
 - “Reabilitação de perímetros existentes que estejam degradados ou subutilizados”
 - “Flexibilização das regras de licenciamento de pequenas infraestruturas de captação de águas superficiais nas explorações agrícolas”
 - “Apoio à construção de pequenos açudes de utilização coletiva, sempre que houver manifesta prova de necessidade de utilização para fins produtivos, de minimização de riscos climáticos ou de preservação das espécies piscícolas”
 - “Elaboração de um plano de novos aproveitamentos com potencial agrícola e de uso múltiplo.”
- “Concluir o estudo sobre os recursos hídricos, de fins múltiplos, na grande bacia do Tejo que, integrando os perímetros de rega já existentes, tenha em conta o aproveitamento das águas superficiais da bacia para ampliação da área regada, drenagem e controlo das cheias e da cunha salina. Deverá iniciar-se uma execução faseada já no próximo quadro de programação dos Fundos Estruturais e de Investimento da U.E. Estudar a construção de outros aproveitamentos agrícolas ou de fins múltiplos, designadamente nas regiões mais carentes de água, como o Algarve, o Oeste ou o Douro e Nordeste Transmontano. “
- “Apoio prioritário a regadios coletivos de iniciativa privada.”
- “Rever a legislação de licenciamento de pequenas barragens e charcas de retenção de águas superficiais no interior das explorações, com vista a simplificar procedimentos, reduzir a erosão, melhorar os recursos aquíferos e reduzir o recurso a águas subterrâneas.”

Partido Socialista (PS)

Defende que:

- “Prosseguindo os grandes objetivos do crescimento, do emprego e do equilíbrio das contas externas, o país tem de continuar a contar com o contributo de uma agricultura moderna, competitiva e inserida nos mercados, capaz de assegurar uma alimentação saudável no respeito por uma utilização sustentável dos recursos naturais. Mas a coesão e resiliência do território tornam essencial, em muitas zonas do país, a presença de uma

agricultura tradicional, mais próxima da natureza, que assegure a ocupação e vitalidade das zonas rurais, em íntima ligação com outras atividades, desde o turismo ao artesanato, promovendo uma gestão ativa do território, baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável.”

- “As prioridades para uma agricultura e um território rural sustentáveis vão desde o apoio ao regadio eficiente e resiliente, como fator de promoção da competitividade e da previsibilidade da atividade económica, contemplando medidas para a conservação e melhoria da qualidade dos solos, até assegurar a viabilidade da agricultura familiar relevante para o desenvolvimento local sustentável, resiliente e integrado.”

Propõe:

- “Dar continuidade aos Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas, concluindo a elaboração dos Planos de Gestão de Riscos de Inundação, Planos de Gestão de Seca, e revendo os Planos de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas, tendo em conta os resultados do Estudo de Avaliação de Disponibilidades Hídricas Atuais e Futuras e Aplicação do Índice de Escassez WEI”
- “Garantir uma maior resiliência dos territórios mais afetados pelos efeitos das alterações climáticas, com os Planos Regionais de Eficiência Hídrica do Alentejo e Algarve, promovendo a reutilização de água residuais tratadas para fins compatíveis diminuindo a pressão sobre as origens de água superficiais e subterrâneas; otimizando a capacidade de armazenamento, designadamente através de interligações entre sistemas, como forma de garantir maior resiliência aos sistemas de abastecimento.”
- “Dar continuidade à execução da EN3r- Estratégia Nacional de Reabilitação de Rios e Ribeiras, numa abordagem coesa à valorização da rede hidrográfica nacional, com primazia aos métodos de engenharia natural, e reforçando a monitorização, melhorando a qualidade das massas de água e a capacidade de resistir a fenómenos de cheias, revendo as licenças de captação e de descarga dos grandes operadores económicos, reforçando os meios de fiscalização e de inspeção das captações e descargas ilegais e continuando a promover soluções integradas de valorização e tratamento de efluentes agropecuários e agroindustriais”
- “Concluir as negociações do Plano Estratégico da PAC com a Comissão Europeia e implementar medidas para uma agricultura mais justa e inclusiva, promovendo uma gestão ativa do território, baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável, com uma melhor redistribuição dos apoios, nomeadamente para a pequena agricultura e o rejuvenescimento da Atividade”
- “Continuar a aumentar os apoios à pequena e média agricultura e ao rejuvenescimento do setor, com a implementação das medidas asseguradas no âmbito da PEPAC, nomeadamente no apoio redistributivo, assegurando, também, a plena implementação das medidas de discriminação positiva previstas no Estatuto da Agricultura Familiar”
- “Continuar a apostar no regadio eficiente e sustentável, promovendo a requalificação dos perímetros de rega existentes de modo a promover a sua eficiência, prosseguindo a implementação do Programa Nacional de Regadios tendo em vista o aproveitamento de novas áreas com maior potencial para a irrigação, incluindo o alargamento do regadio de Alqueva, lançando a 2.ª fase do Programa Nacional de Regadios – o PNR2030, tal como previsto no Programa Nacional de Investimentos 2030 e de acordo com de acordo com o Levantamento do Potencial de Desenvolvimento do Regadio de Iniciativa Pública no Horizonte de uma Década, apresentação e implementação do Plano de Eficiência hídrica do Alentejo, revisão do sistema de cálculo do tarifário da água para rega de modo a penalizar o absentismo e privilegiar o consumo eficiente da água, monitorizando e avaliando a utilização dos regadios à luz da eficiência hídrica e implementando práticas

de regadio que promovam o uso mais eficiente da água como o recurso a tecnologias de precisão e de monitorização, bem como o recurso a água reciclada tratada”

- “Executar os projetos de regadio apoiados pelo PRR, nomeadamente as componentes do regadio do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve e do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato.”
- “Promover uma agricultura e territórios rurais mais resilientes, melhor adaptados ao contexto das alterações climáticas, fomentando a criação de pequenas zonas regadas através do armazenamento de água em charcas e pequenas barragens, a instalação ou a reconversão para culturas com espécies e variedades melhor adaptadas às mudanças no clima e mais resistentes aos eventos extremos e à escassez de água, adotando medidas de gestão e conservação do solo que melhorem o teor de matéria orgânica e reduzam o risco de desertificação, apoiando e dinamizando a apicultura, a pastorícia extensiva e a agricultura em zonas mais marginais, de forma a combater o abandono agrícola e a reduzir o risco de incêndios rurais, promovendo ações de capacitação e sensibilização dos agricultores para a adoção de boas práticas no contexto das alterações climáticas”

Partido Trabalhista Português (PTP)

Programa eleitoral não disponível.

Pessoas-Animais-Natureza – PAN

Defende:

- Uma “agricultura alicerçada nos saberes tradicionais das comunidades rurais que, conjugados com os contributos da comunidade científica e do ordenamento rural, reanimem o interior de Portugal”.
- “Uma transição da agricultura convencional para uma agricultura mais sustentável e biológica ou equiparada.”
- Necessidade de “transformar o modo como os alimentos são produzidos e consumidos, a fim de se reduzir a pegada ambiental dos sistemas alimentares. Isto reforça a sua resiliência, assegurando ao mesmo tempo a disponibilidade de bens alimentares saudáveis a preços acessíveis para as necessidades atuais, bem como para as gerações futuras.”

Afirma que:

- “O modelo de produção agrícola maioritariamente praticado é nocivo para pessoas, animais e ambiente, pois assenta em métodos de cultivo intensivo e superintensivo, como são exemplos as culturas de olival, amendoal e do abacate, dependente de fertilizantes, fitofarmacêuticos e de quantidades de água insustentáveis.”
- “Este tipo de cultivo encontra-se ainda dependente do regadio e dos pesticidas aplicados, demonstrando uma diminuição da resiliência das culturas a infestações e uma menor capacidade de adaptação às alterações climáticas, comprometendo assim a nossa soberania alimentar.”
- “A produção pecuária apresenta impactos negativos no ambiente, nomeadamente pela utilização excessiva de água, contaminação dos recursos hídricos, contaminação de solos e emissão de gases com efeito de estufa, representando 83% das emissões no setor agrícola.”

Sugere:

- “Tornar obrigatória a elaboração de AIA para explorações agrícolas intensivas ou superintensivas que se caracterizem por corresponder na sua totalidade, incluindo os

casos de implementação faseada ou do somatório decorrente de posterior aquisição de terrenos adjacentes, a áreas iguais ou superiores a:

- 20 hectares no caso de pomares;
- 15 hectares no caso de culturas protegidas em abrigos, estufins ou túneis elevados;
- 5 hectares no caso de estufas”.

Reagir Incluir Reciclar (R.I.R.)

Propõe:

- “Estimular o uso eficiente da água pela comunidade”;
- “Reduzir sistemas produtivos intensivos”

Volt Portugal (VP)

Propõe:

- “Aproveitar e desenvolver [...] as fileiras do azeite (olival), vinho (vinha) e dos frutos secos (amêndoa), sobretudo no sul do país, Alentejo.”

Apoia:

- “O desenvolvimento de uma horticultura intensiva, nomeadamente através do desenvolvimento da agricultura hidropónica em Portugal, que, além de ser de alto valor acrescentado, ao empregar quadros qualificados e atribuir salários elevados, tem a vantagem de não desperdiçar nutrientes e de não poluir nem esgotar os solos.”, afirmando que “a hidroponia permite ainda a verticalização da área de cultivo, libertando terreno para florestação” e que “o investimento público deve ser direcionado para incentivar a transição para esta forma de produção agrícola.”
- “a criação de espécies pecuárias em regime extensivo, que permitem a criação de espécies num regime mais natural.”

Defende:

- “Uma Política Agrícola Comum (PAC) ambientalmente sustentável, consistente e mais justa.”
- “Um novo sistema de apoio aos agricultores que se mostrem empenhados na sustentabilidade e na qualidade dos seus produtos, substituindo o atual sistema de subsídios injusto e desequilibrado que vigora no setor agrícola europeu.”
- “Apoio aos empresários agrícolas que adotem práticas respeitadoras e recuperadoras do ambiente, como é o caso da reserva de 10% dos seus terrenos para manutenção de elementos que contribuam para a biodiversidade.”
- “Apoiar testes e avaliações permanentes dos terrenos agrícolas para garantir que a agricultura é sustentável e não debilita a terra nem degrada os terrenos e cursos de água circundantes.”